



C A P Í T U L O 1

NO PRINCÍPIO ERA O VERBO, E O VERBO ERA RESISTIR COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA INTRODUÇÃO

Anderson Moraes de Castro e Silva

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0000-0002-5668-0354>

Roberta Baltar dos Santos

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0007-0364-1689>

William de Souza Nunes Martins

HARPIA – UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0000-0001-7837-7359>

RESUMO: Este artigo aborda a relevância histórica e contemporânea dos quilombos no Brasil, desde sua formação como espaços de liberdade por africanos escravizados e outros grupos marginalizados até seu reconhecimento legal. Analisa-se a evolução do termo “quilombo” e suas dinâmicas sociais, estratégias de sobrevivência e múltiplas formas de resistência, cultural e armada, com base em estudos de historiadores como Silvia Hunold Lara, João José Reis, Flávia Lacerda e Roger Bastide. O trabalho destaca o impacto duradouro dos quilombos na identidade nacional e nos movimentos sociais. Por fim, explora-se o arcabouço constitucional (Art. 68 ADCT, Arts. 215 e 216 da CF/88) e institucional (Fundação Cultural Palmares, INCRA, Decreto nº 4.887/2003) que assegura os direitos quilombolas, sem deixar de discutir os desafios atuais de titulação, acesso a serviços e proteção territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombos; Resistência; Cultura Afro-Brasileira; Legado Histórico; Movimento Quilombola.

IN THE BEGINNING WAS THE WORD, AND THE WORD WAS RESISTANCE QUILOMBOLA COMMUNITIES: AN INTRODUCTION

ABSTRACT: This article addresses the historical and contemporary relevance of quilombos in Brazil, from their formation as spaces of freedom by enslaved Africans and other marginalized groups to their legal recognition. It analyzes the evolution of the term “quilombo” and its social dynamics, survival strategies, and multiple forms of resistance, both cultural and armed, based on studies by historians such as Silvia Hunold Lara, João José Reis, Flávia Lacerda, and Roger Bastide. The work highlights the enduring impact of quilombos on national identity and social movements. Finally, it explores the constitutional framework (Art. 68 ADCT, Arts. 215 and 216 of the CF/88) and institutional framework (Fundação Cultural Palmares, INCRA, Decree nº 4.887/2003) that ensures quilombola rights, without neglecting to discuss the current challenges of land titling, access to services, and territorial protection.

KEYWORDS: Resistance; Afro-Brazilian Culture; Historical Legacy; Quilombola Movement.

INTRODUÇÃO

A definição historiográfica do núcleo central dos quilombos, em sua origem, transcende a noção simplista de um mero refúgio para escravizados foragidos. Fundamentalmente, um quilombo representava um complexo e deliberado projeto de reconstrução social, política e cultural em antagonismo direto ao sistema escravista. Eram espaços onde se buscava ativamente reconstituir laços de parentesco e solidariedade, criar formas autônomas de governo e desenvolver economias de subsistência que, longe de serem totalmente isoladas, frequentemente mantinham relações dinâmicas — fossem elas de conflito, negociação ou comércio — com a sociedade ao redor (GOMES, 2012). Portanto, mais do que um ato de fuga, a fundação de um quilombo era um profundo ato de resistência política que, ao criar uma ordem social alternativa, questionava na prática a legitimidade e o controle do poder senhorial e colonial (REIS, 1988; MOURA, 1993).

É fundamental, contudo, historicizar o próprio termo. A palavra ‘quilombo’, de origem na língua banto, foi ressignificada no Brasil Colônia para designar, sob a ótica da administração metropolitana, um ajuntamento ilegal de escravizados fugidos e, portanto, um ‘problema de polícia’ a ser reprimido. Séculos depois, a partir da mobilização do movimento negro e da Constituição de 1988, o conceito foi novamente ressignificado, transformando-se de um alvo de repressão em um poderoso símbolo de identidade, direito à terra e resistência cultural. Compreender essa trajetória do conceito é essencial para analisar seu significado histórico e contemporâneo.

A origem do termo “quilombo” é incerta, mas acredita-se que tenha raízes nas línguas africanas, referindo-se a locais de refúgio ou acampamentos. No Brasil, os quilombos eram estabelecidos em locais de difícil acesso, como matas, serras e mangues, o que dificultava a ação das forças repressivas coloniais. E, ao mesmo tempo, atraía também a atenção de outros atores sociais marginalizados.

Os quilombos representam muito mais do que simples fugas de escravizados. Essas comunidades eram verdadeiros refúgios de liberdade e resistência, onde seus membros buscavam construir uma nova vida, livre das amarras do sistema colonial. Mas não eram comunidades onde a anomia imperava, ao menos é o que sugerem os estudos, onde lideranças locais tenderiam a centralizar o papel decisório (GOMES, 2012; REIS, 1988; MOURA, 1993; LACERDA, 2003; LARA, 2022).

Esses espaços eram estabelecidos em locais de difícil acesso, como matas, serras e mangues, o que dificultava a ação das forças repressivas coloniais. De um modo geral, os quilombos eram comunidades autossuficientes, mas os indícios materiais encontrados pela arqueologia também sugerem que praticavam trocas sazonais com outros atores sociais. Nesses locais, os habitantes construíam suas próprias sociedades, buscando a autossuficiência e a autonomia. A produção de alimentos, a criação de animais e a manufatura de artesanato eram atividades essenciais para a sobrevivência dessas comunidades.

Além da busca pela liberdade, os quilombos tinham como objetivo a construção de uma nova forma de vida, baseada em valores e princípios diferentes daqueles da sociedade escravista. A preservação da cultura africana era uma parte fundamental desse projeto, sendo transmitida de geração em geração através de rituais, músicas, danças, crenças. Em todos esses casos, a linguagem e a culinária nutriam identidades.

A organização social dos quilombos era bastante complexa e difusa, variando de acordo com a origem étnica dos seus membros e com o contexto histórico e geográfico. No entanto, algumas características eram comuns a todas essas comunidades, como a existência de líderes, conselhos e regras comunitárias. Os quilombos eram sociedades igualitárias, onde todos os membros tinham direitos e deveres. Essas comunidades representam um marco fundamental na história do Brasil, simbolizando a resistência, a luta pela liberdade e a construção de uma identidade própria. Mas, para além da romantização a posteriori do cotidiano e das condições de vida, existiram comunidades reais nas quais a sobreviver exigia dedicação a labuta diária, com muito trabalho físico. Na atualidade, estudar e revisar a produção intelectual sobre esse tema se tornou um desafio essencial para compreender a complexidade da formação da sociedade brasileira e para valorizar a diversidade cultural do país.

A DINÂMICA DOS QUILOMBOS

Como dito acima, a vida nos quilombos era marcada pela autossuficiência, pela produção de alimentos, pela criação de animais e pela feitura de artesanato. Os quilombolas desenvolveram sistemas de organização social próprios, com líderes, conselhos e regras comunitárias. A religião, fortemente influenciada pelas tradições africanas, desempenhava um papel central na vida social e cultural dessas comunidades.

Para compreender a complexidade da vida nos quilombos, é fundamental recorrer às obras de historiadores que se dedicaram a estudar esse tema. Entre eles, destacam-se Silvia Hunold Lara (2022), João José Reis (1988), Flávia Lacerda (2003) e Roger Bastide (2005), cujas obras oferecem insights valiosos sobre a organização social, a cultura e a resistência dos quilombolas.

Em conjunto, as perspectivas de Lara, Reis e Lacerda oferecem uma visão tridimensional da experiência quilombola. Se a análise de Reis foca na dimensão externa da luta — a resistência armada como contestação direta ao poder senhorial —, as de Lacerda e Lara voltam-se para a complexa vida interna que tornava essa resistência possível. Lacerda revela como a ‘invenção’ de uma cultura autônoma forjava a coesão social, enquanto Lara nos lembra que essa invenção era a antítese radical de uma ordem de dominação que se ‘aprendia’ e se negociava cotidianamente. Portanto, o quilombo não era apenas o lugar da ‘não escravidão’, mas o espaço da criação de uma sociabilidade própria, cuja força cultural interna alimentava a capacidade de resistência externa.

Para além da análise da resistência ativa, é crucial compreender a complexidade do sistema que a gerava. Nesse sentido, a obra “Palmares & Cucaú: O Aprendizado da Dominação”, de Silvia Hunold Lara (historiadora vinculada à UNICAMP), oferece um arcabouço teórico indispensável. Lara propõe o conceito de ‘aprendizado da dominação’, argumentando que a relação senhor-escravo não era estática, mas um processo social dinâmico no qual ambos os lados aprendiam constantemente a gerir o conflito. Ao contrastar o microcosmo da dominação no engenho Cucaú com a negação radical dessa ordem em Palmares, a autora demonstra que a dominação exigia estratégias complexas de controle, negociação e violência, enquanto a sobrevivência e a resistência dos escravizados passavam por um aprendizado contínuo das fissuras e limites desse mesmo sistema. A existência de Palmares, portanto, não representa apenas a fuga, mas o ápice da contestação a uma ordem que se aprendia cotidianamente a impor e a subverter.

João José Reis (1988), em sua obra “Rebeldes do Escravismo”, demonstra que os quilombos não eram apenas refúgios para escravizados fugidos, mas sim espaços de resistência ativa contra o sistema escravista. Os quilombolas desenvolviam estratégias

de luta armada, estabeleciam alianças com outros grupos sociais e construíam uma cultura política própria. A resistência dos quilombos era uma forma de desafiar o poder dos senhores de engenho e questionar a legitimidade da escravidão.

Flávia Lacerda (2003), em “A Invenção do Quilombo”, aborda a importância da cultura na construção da identidade quilombola. A autora demonstra como os quilombos eram espaços de produção cultural, onde as tradições africanas eram preservadas e transformadas. A religião, a música, a culinária e as práticas medicinais africanas eram elementos fundamentais da vida quilombola, conferindo aos mesmos uma identidade própria e fortalecendo seus laços comunitários.

Estamos falando de comunidades com uma organização social complexa. A produção agrícola, a criação de animais e a produção de artesanato eram atividades essenciais para a sobrevivência da comunidade. A divisão do trabalho era geralmente baseada em gênero e idade, com as mulheres desempenhando um papel fundamental na produção de alimentos e na educação das crianças.

Roger Bastide (2005), em “Os Africanos no Brasil”, destaca a importância da cultura africana na formação da sociedade brasileira. O autor analisa como as religiões afro-brasileiras, como o candomblé, por exemplo, tiveram origem nos quilombos e se espalharam por todo o território nacional.

A localização dos quilombos em áreas de difícil acesso era uma estratégia para escapar da perseguição das autoridades coloniais. No entanto, essa localização também impunha desafios, como a necessidade de se adaptar a ambientes hostis e a dificuldade de obter alguns recursos. Portanto, a vida nos quilombos era marcada pela constante luta pela sobrevivência e pela defesa da liberdade.

A RESISTÊNCIA ARMADA E CULTURAL

Como mencionamos, os quilombos não eram apenas espaços de fuga, mas também de resistência armada. Várias revoltas e emboscadas foram organizadas contra as forças coloniais, demonstrando a disposição dos quilombolas de defender sua liberdade. Além da resistência militar, os quilombos também representavam um importante espaço de resistência cultural, onde as tradições de culturas não dominantes eram preservadas e transmitidas de geração em geração.

João José Reis (1988) demonstra que a fuga era apenas o primeiro passo na construção de um quilombo. A partir desse momento, os quilombolas desenvolviam uma série de estratégias para se defender de ataques e garantir sua sobrevivência. A construção de fortificações, a utilização de armas e a organização de milícias eram comuns em muitos quilombos.

A resistência armada dos quilombos era uma forma de desafiar o poder dos senhores de engenho e questionar a legitimidade da escravidão. Ao atacar fazendas, roubar animais e liberar outros escravizados, os quilombolas não apenas buscavam sua própria liberdade, mas também enfraqueciam o sistema escravista como um todo.

Diferentes modos de resistência e enfrentamento eram ali gestados e praticados, a força e a resistência dos quilombos não se limitava à esfera militar. A cultura desempenhava um papel fundamental na luta pela identidade e pela autonomia. Lacerda (2003) destaca como os quilombos eram espaços de produção cultural, onde as tradições africanas eram preservadas e transformadas.

Através da música, da dança, da religião e das práticas medicinais, os quilombolas resistiam à imposição da cultura europeia e afirmavam sua identidade. As religiões de matriz afro-brasileiras tiveram origem nos quilombos e se espalharam por todo o território nacional, carregando consigo elementos da cultura africana e elementos próprios das experiências dos escravizados no Brasil.

A resistência armada e a resistência cultural não eram fenômenos isolados, mas sim interligados. A música, por exemplo, desempenhava um papel fundamental na mobilização dos quilombolas para a luta e na manutenção da coesão social. As religiões afro-brasileiras, por sua vez, ofereciam conforto espiritual e fortaleciam os laços comunitários, tornando os quilombolas mais resilientes frente às adversidades. É precisamente essa resiliência, forjada na luta armada e na efervescência cultural, que constitui a base do profundo legado que essas comunidades deixaram para a história do Brasil.

O LEGADO DOS QUILOMBOS

A importância dos quilombos para a história do Brasil transcende o período colonial. Essas comunidades foram um dos principais atores na luta contra a escravidão e contribuíram significativamente para a formação da identidade nacional. O legado dos quilombos está diretamente presente na cultura, na música, na culinária e nas religiões afro-brasileiras, mas não se esgota aí, pois tem se difundido e performado ao longo dos anos em diferentes dimensões da existência social, seja no prescrito seja no vívido.

Os quilombos, como refúgios de liberdade e resistência à escravidão, deixaram um legado profundo e duradouro para a sociedade brasileira. Essa herança, marcada pela luta por direitos, pela preservação da cultura africana e pela construção de uma identidade própria, continua a influenciar a sociedade brasileira contemporânea. Embora, não raro, tendências de apagamento da história e da memória social eclodem politicamente, em especial, no contexto recente de crescimento das forças conservadoras.

A resistência dos quilombolas, tanto armada quanto cultural, é a base do seu legado. Ao desafiar o sistema escravista e construir sociedades alternativas, os quilombolas demonstraram a força da luta por liberdade e justiça. Essa resistência inspirou movimentos sociais posteriores e continua a ser uma referência para aqueles que lutam por direitos e igualdade.

Nos quilombos, a cultura africana encontrou um espaço para se desenvolver e se transformar. As tradições, a música, a dança, a religião e as práticas medicinais africanas foram preservadas e transmitidas de geração em geração. Essa preservação da cultura africana é um dos legados mais importantes dos quilombos e contribuiu significativamente para a formação da identidade cultural brasileira.

A identidade quilombola foi construída a partir da experiência da escravidão, da resistência e da construção de comunidades autônomas. Essa identidade é marcada pela valorização da ancestralidade africana, pela luta por direitos e pela defesa do território. A identidade quilombola é um exemplo de como a cultura pode ser utilizada como ferramenta de resistência e de afirmação de direitos.

O legado dos quilombos continua presente na sociedade brasileira contemporânea. Os quilombolas lutam por seus direitos, como o direito à terra, à educação e à saúde. O movimento quilombola é um dos mais importantes movimentos sociais do país e tem contribuído para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

OS QUILOMBOS NA ATUALIDADE

Nas últimas décadas, houve um crescente reconhecimento da importância dos quilombos para a história e a cultura do Brasil. A Constituição Federal de 1988 reconheceu os direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombos, garantindo-lhes o direito à terra e à autodeterminação. Apesar de terem sido criados em um contexto histórico específico, os quilombos mantêm viva sua cultura, suas tradições e sua luta por direitos.

Em seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estabeleceu um pilar jurídico essencial. Este artigo reconheceu formalmente aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras a propriedade definitiva, determinando que o Estado lhes emitisse os títulos respectivos. Essa garantia constitucional não apenas validou a posse histórica, mas transformou o conceito de quilombo, de um estigma para um símbolo de identidade e direito territorial inalienável, consolidando uma base legal robusta para a luta pela regularização fundiária.

Além do direito à terra, a Constituição de 1988 também oferece um arcabouço abrangente para a proteção e valorização da cultura e identidade quilombola. Por meio dos Artigos 215 e 216, a Carta Magna assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de determinar

a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Essa prerrogativa é vital para as comunidades quilombolas, pois abrange suas ricas tradições, saberes ancestrais, manifestações artísticas, religiosas e seus modos de vida específicos, que são elementos indissociáveis de sua identidade e resistência. O reconhecimento desses artigos fortalece a capacidade das comunidades de preservar e transmitir seu legado cultural, combatendo a invisibilidade e a descaracterização.

Desse modo, o conjunto de direitos assegurados pela Constituição de 1988 vai além da questão territorial, abrangendo a autodeterminação e a valorização cultural como pilares para a existência e o desenvolvimento pleno das comunidades quilombolas na contemporaneidade. Essa base legal tem impulsionado o movimento quilombola a lutar pela efetivação desses direitos, enfrentando desafios como a morosidade na titulação de terras, a garantia de acesso a serviços básicos como educação e saúde, e a proteção contra a especulação imobiliária e a degradação ambiental. A Constituição, portanto, não é apenas um documento histórico, mas uma ferramenta viva que continua a inspirar e fundamentar a busca por justiça social e igualdade para os quilombos no Brasil.

Para garantir os direitos das comunidades quilombolas no Brasil, foram estabelecidas instituições e regulamentos específicos. A Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, é a principal instituição responsável pela emissão da Certidão de Autorreconhecimento, que é o primeiro passo para o processo de regularização territorial. Essa certificação reconhece os grupos étnico-raciais como remanescentes de quilombos, com base em critérios de autoatribuição e trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão (FUNDAÇÃO PALMARES, 2022). Além disso, a FCP também atua na proteção e preservação do patrimônio afro-brasileiro e na articulação de ações e programas voltados para essas comunidades.

Após a certificação pela Fundação Cultural Palmares, o processo de titulação das terras quilombolas é conduzido principalmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O INCRA é responsável pela elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), um documento complexo que reúne informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas do território, conforme previsto no Decreto nº 4.887/2003 (BRASIL, 2003). Após a publicação do RTID e a análise de possíveis contestações, o processo culmina com a emissão de um Decreto Presidencial de Desapropriação (quando há imóveis privados) e a concessão do título coletivo, imprescritível e pró-indiviso, em nome da associação legalmente constituída da comunidade. Esses instrumentos, em conjunto com o Artigo 68 do ADCT da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), garantem a proteção e a integridade das terras quilombolas, impedindo a venda e a penhora do território.

A diversidade desses desafios pode ser ilustrada pela realidade das 52 comunidades mapeadas pela Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj). Em contextos urbanos, comunidades como a Pedra do Sal e a Família Pinto - Sacopã, na capital, enfrentam a intensa especulação imobiliária e a pressão para a descaracterização de seus territórios. Já em áreas rurais, como São José da Serra, em Valença, e o Quilombo da Caveira, em São Pedro da Aldeia, a luta se concentra na titulação definitiva das terras agrícolas, na preservação ambiental contra o avanço de empreendimentos e na garantia de infraestrutura básica. Essa multiplicidade de cenários demonstra que a luta quilombola hoje se desdobra em múltiplas frentes, adaptando-se a diferentes contextos sociais e econômicos.

A história dos quilombos é marcada pela resistência, pela autossuficiência e pela construção de uma identidade cultural própria. Esse legado continua presente nas comunidades quilombolas contemporâneas, que enfrentam desafios como a luta pela terra, o acesso à educação e à saúde, e a preservação de suas tradições.

Um dos maiores desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas é a luta pela titulação de suas terras. Muitas comunidades ainda ocupam terras que lhes foram negadas durante séculos, e enfrentam constantes ameaças de invasão e expulsão. As comunidades quilombolas, em sua maioria, estão localizadas em áreas remotas e possuem menor acesso a serviços básicos como educação e saúde. A falta de escolas e postos de saúde adequados dificulta o desenvolvimento das comunidades e a garantia de direitos básicos.

A globalização e a urbanização representam uma ameaça à preservação da cultura quilombola. A perda de conhecimentos tradicionais, a influência de outros costumes e a discriminação racial são desafios que precisam ser enfrentados. Abordaremos essas questões de modo mais detalhado nos próximos capítulos, ao tratar da água e do saneamento urbano nas comunidades quilombolas do Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

Os quilombos representam um marco fundamental na história do Brasil, simbolizando a resistência, a luta pela liberdade e a construção de uma identidade própria. O estudo dos quilombos é essencial para compreender a complexidade da formação da sociedade brasileira e para valorizar a diversidade cultural do país.

O estudo dos quilombos é fundamental para compreender a complexidade da história do Brasil e a importância da luta dos povos negros na formação da nossa identidade nacional. Ao estudar os quilombos, podemos aprender sobre a resistência, a cultura e a luta por direitos, valores que são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A dinâmica dos quilombos, como vimos, era complexa e diversificada, emergindo como contraponto a um sistema de dominação que era, ele mesmo, um ‘aprendizado’ constante, como demonstra a análise de Silvia Hunold Lara. Ao historicizar o próprio conceito de quilombo e ao integrar as múltiplas frentes de luta atuais, percebemos que seu legado não é apenas um marco do passado, mas uma matriz contínua de resistência que segue inspirando a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A resistência dos quilombos deixou um legado importante para a história do Brasil. Ao desafiar o sistema escravista e construir sociedades alternativas, os quilombolas contribuíram para a formação da identidade nacional brasileira. A luta dos quilombolas inspirou movimentos sociais posteriores e continua a ser uma referência para aqueles que lutam por justiça social e igualdade.

O legado dos quilombos é uma rica herança que nos inspira a lutar por justiça, igualdade e respeito à diversidade cultural. Ao estudar e valorizar a história dos quilombos, contribuímos para a construção de um futuro mais justo e igualitário para todos.

Apesar dos desafios, as comunidades quilombolas têm conquistado importantes vitórias. A Constituição Federal de 1988 reconhece os quilombos como comunidades tradicionais e garante o direito à propriedade das terras que ocupam tradicionalmente. O movimento quilombola tem se organizado e lutado por seus direitos, conquistando cada vez mais visibilidade e reconhecimento. No entanto, da garantia constitucional à titulação efetiva da terra há um longo caminho a ser percorrido.

A cultura quilombola é uma fonte de riqueza e conhecimento para toda a sociedade. As práticas agrícolas sustentáveis, os conhecimentos sobre plantas medicinais e a valorização da ancestralidade são apenas alguns exemplos do que as comunidades quilombolas podem oferecer.

A pesquisa e a extensão universitária têm um papel fundamental na luta pelos direitos dos quilombolas. Através de pesquisas, os acadêmicos podem contribuir para a produção de conhecimento sobre a realidade das comunidades quilombolas e auxiliar na formulação de políticas públicas mais adequadas.

A extensão universitária, por sua vez, pode fortalecer os laços entre a universidade e as comunidades, promovendo a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de projetos em conjunto. Os quilombos são muito mais do que um capítulo da história do Brasil. Eles são comunidades vivas, que mantêm viva a luta por justiça, igualdade e respeito à diversidade cultural.

Ao estudar, valorizar e aprender com a história e a cultura dos quilombolas, contribuímos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Por fim, para fins de ilustração do universo ao qual estamos no referindo no

Rio de Janeiro, anexamos uma listagem das comunidades quilombolas a partir dos dados disponibilizados publicamente. De acordo com a Acquilerj, o Rio de Janeiro possui 52 comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombo mapeadas, espalhadas por todas as regiões do Estado.

O levantamento abaixo é um extrato das informações oficiais dos Quilombos certificados pela Fundação Palmares:

QUADRO 1 - QUILOMBOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CERTIFICADOS PELA FUNDAÇÃO PALMARES EM 2022

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
RJ	CABO FRIO SÃO PEDRO DA ALDEIA	CAVEIRA
RJ	RIO DE JANEIRO	FAMÍLIA PINTO - Sacopã
RJ	CABO FRIO	PRETO FORRO
RJ	MANGARATIBA	ILHA DE MARAMBAIA
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	CONCEIÇÃO DE IMBÉ
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	CAMBUCÁ
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	ALELUIA
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	BATATAL
RJ	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	RASA
RJ	RIO DE JANEIRO	PEDRA DO SAL
RJ	CABO FRIO	BOTAFOGO
RJ	ARARUAMA	SOBARA
RJ	QUISSAMÃ	MACHADINHA
RJ	VALENÇA	SÃO JOSÉ DA SERRA
RJ	MAGÉ	MARIA CONGA
RJ	QUATIS	SANTANA
RJ	PARATY	CABRAL
RJ	SÃO FIDÉLIS	SÃO BENEDITO
RJ	NATIVIDADE	CRUZEIRINHO
RJ	ANGRA DOS REIS RIO CLARO	ALTO DA SERRA DO MAR
RJ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	DESERTO FELIZ
RJ	PETRÓPOLIS	TAPERÁ
RJ	CABO FRIO	MARIA JOAQUINA
RJ	CABO FRIO	MARIA ROMANA
RJ	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	BAÍA FORMOSA
RJ	ANGRA DOS REIS	SANTA RITA DO BRACUÍ
RJ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	BARRINHA
RJ	AREAL	BOA ESPERANÇA
RJ	PARATY	CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA
RJ	ARARUAMA	TAPINOĀ -Prodígio
RJ	RIO DE JANEIRO	CAFUNDÁ ASTROGILDA
RJ	RIO DE JANEIRO	CAMORIM - MACIÇO DA PEDRA BRANCA

RJ	MANGARATIBA	FAZENDA SANTA JUSTINA/ SANTA ISABEL
RJ	NITERÓI	GROTÃO
RJ	RIO DE JANEIRO	DONA BILINA
RJ	CABO FRIO	FAZENDA ESPIRITO SANTO
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	SOSSEGO
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	LAGOA FEA
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	CUSTODÓPOLIS
RJ	MAGÉ	FEITAL
RJ	PARATY	GUITI
RJ	MAGÉ	BONGABA
RJ	RIO DE JANEIRO	PEDRA BONITA
RJ	RIO DE JANEIRO	QUILOMBO FERREIRA DINIZ
RJ	VALENÇA	PAI JOAQUIM
RJ	CABO FRIO	SÃO JACINTO CAMPOS NOVOS

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Fundação Palmares (2022)

Os quilombos deixaram um legado importante para a história do Brasil. Eles representam um símbolo de resistência e luta pela liberdade, e suas contribuições para a cultura brasileira são inegáveis. A música, a culinária, as religiões afro-brasileiras e muitas outras manifestações culturais brasileiras possuem raízes nos quilombos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUILERJ - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro.** [S. l.: s. n.], [2021?]. Disponível em: https://kn.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relatorio_Quilombos-RJ-1.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

BASTIDE, Roger. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Global, 2005.

BERNARDO, Maria Luiza T. de M. **Quilombolas:** resistência, história e cultura. São Paulo: Ática, 2008.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Certificação quilombola.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 2 out. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Aquilombar-se:** panorama sobre o movimento quilombola brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

- LACERDA, Flávia. **A invenção do quilombo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- LARA, Silvia Hunold. **Palmares & Cucaú**: o aprendizado da dominação. São Paulo: Edusp, 2022.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. São Paulo: Global, 1993.
- NEGO BISPO. **Colonização, quilombos**: modos e significados. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- REIS, João José. **Rebeldes do escravismo**: a resistência negra no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.
- RIO WATCH. Quilombo do Camorim: uma história de preservação e resistência. **RioOnWatch**, 25 out. 2013. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=20726>. Acesso em: 20 out. 2024.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.
- SILVA, Givânia Maria da. **Educação Quilombola**: territorialidades, saberes e as lutas por direitos. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SOUZA, Bárbara Oliveira. **Educação e luta política no quilombo de Conceição das Crioulas**. São Paulo: Annablume, 2006.